Funcionalização do contrato: o Direito Privado e a organização econômico-social contemporânea

Lucas Abreu Barroso
Andreza Soares da Cruz

SUMÁRIO: 1 Pressupostos teóricos do tema proposto. 2 A função econômica do contrato. 3 A função regulatória do contrato. 4 A função social do contrato. 5 Referências bibliográficas.

1 Pressupostos teóricos do tema proposto

A funcionalização dos institutos jurídicos corresponde a uma corrente de pensamento em decorrência da qual não é mais dado ao jurista encarar a construção do direito apenas a partir de seu enfoque científico, voltado exclusivamente para uma estruturação sistêmica de seus elementos constitutivos, sem se ocupar em perquirir os resultados econômicos e sociais das elaborações dogmáticas formuladas.

Nas lições de Francisco Amaral¹, “significa, então, que o direito em particular e a sociedade em geral começam a interessar-se pela eficácia das normas e dos institutos vigentes, não só no tocante ao controle ou disciplina social, mas também no que diz respeito à organização e direção da sociedade”.

Assim, dando força ao pensamento de Eduardo Sens dos Santos², é procedente a concepção de que “a Ciência Jurídica dos nossos dias tem buscado cada vez mais a *funcionalização*, impondo certas restrições ao exercício dos direitos”.

¹ AMARAL, Francisco. *Direito civil*: introdução. 5. ed. rev. atual. e aum. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. p. 366-367.

² SANTOS, Eduardo Sens dos. A função social do contrato: elementos para uma conceituação. *Revista de Direito Privado*, São Paulo, n. 13, p. 99-111, jan./mar. 2003. p. 108.

O contrato, na esteira da propriedade, seguindo esta tendência doutrinária, acaba por desenvolver uma terceira dimensão relativamente à idéia de função a que está adstrito, juntamente com os demais institutos jurídicos na contemporaneidade, paralela às suas tradicionais funções econômica e regulatória: a função social.

Isso implica dizer que o direito privado está comprometido com os ditames da cidadania e justiça social, atinentes aos Estados de direito democráticos, abandonando definitivamente as matrizes individualistas que o permearam nos últimos séculos, em proveito dos valores coletivos e da proteção integral da pessoa humana.

A funcionalização do contrato representa, portanto, contributo do direito privado para a conformação dos fatores econômico-sociais na comunidade política, uma vez que pressupõe, “na sua positivação normativa, o reconhecimento de limites que o ordenamento jurídico, ou algum de seus princípios vinculantes, estabelece para o exercício das faculdades subjetivas (em face de situações concretas) que possa caracterizar abuso de direito”³.

2 A função econômica do contrato

O contrato possui função econômica “na medida em que representa um instrumento de circulação de riquezas e difusão de bens”⁴, sendo esta sua destinação natural: “Contrato sem função econômica simplesmente não é contrato”⁵.

Isto porque, seu substrato é a patrimonialidade, melhor ainda, a economicidade, pois opera exclusivamente nas relações que têm por base o elemento econômico. Não obstante as partes sejam movidas por interesses subjetivos (ideal, moral, cultural) ao se

³ AMARAL, Francisco. *Ob. cit.*, p. 367.

⁴ BIERWAGEN, Mônica Yoshizato. *Princípios e regras de interpretação dos contratos no novo código civil*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. p. 41.

⁵ THEODORO JÚNIOR, Humberto. *O contrato e sua função social*. Rio de Janeiro: Forense, 2003. p. 99.

obrigarem contratualmente, ainda assim o contrato terá que resultar objetivamente numa operação econômica. Sem transferência de riqueza não há que se falar em contrato, mesmo que exista entre as partes a convicção de se obrigarem legalmente.

Com Enzo Roppo⁶, então, “pode dizer-se que existe operação econômica – e portanto possível matéria de contrato – onde existe *circulação da riqueza*, actual ou potencial *transferência de riqueza* de um sujeito para outro”.

Tendo em mente a função econômica do contrato, Humberto Teodoro Júnior⁷ acentua que “seria contra a natureza qualquer norma que impedisse o contrato e que o afastasse do campo das operações de mercado”.

Neste contexto, o contrato configura-se como instrumento propulsor da ordem econômica, ao exercer o papel de jurisdicizar e dar segurança jurídica às relações inter-humanas e empresariais de carácter privado, sendo instituto de fundamental importância para a organização da sociedade contemporânea.

Este é o motivo pelo qual não se pode mais vislumbrar o contrato, segundo Ricardo Luis Lorenzetti⁸, como “fenômeno economicamente neutro”; ele passa a incorporar efeitos “distributivos”; consubstancia-se hodiernamente como “operação econômica distributiva”. Na verdade, “a figura do contrato sempre cumpriu funções econômicas, individuais e macroeconômicas”.

⁶ ROPPO, Enzo. *O contrato*. Tradução Ana Coimbra e M. Januário C. Gomes. Coimbra: Almedina, 1988. p. 13.

⁷ THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Ob. cit.*, p. 95.

⁸ LORENZETTI, Ricardo Luis. *Fundamentos do direito privado*. Tradução Vera Maria Jacob de Fradera. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998. p. 541.

3 A função regulatória do contrato

O sistema de produção vigente e o correlato modelo de estrutura social que lhe é peculiar⁹, cada vez mais intensificam e buscam diversificar as formas de geração de riquezas. Destarte, torna-se imprescindível a proporcional utilização de um instituto jurídico que discipline as relações engendradas a fim de tornar factíveis a circulação de bens, serviços, créditos e direitos, de natureza material e imaterial, dando concreção às atividades econômicas atinentes ao direito privado.

Com efeito, o contrato assimila e cumpre sua função regulatória no momento em que “enfeixa direitos e obrigações voluntariamente assumidas pelas partes”¹⁰, materializando o princípio da autonomia privada, exteriorizado pelo exercício da liberdade contratual.

Nesse sentido, Enzo Roppo¹¹ alude a duas significações para a expressão contrato: a) *contrato como processo*, “a sequência dos actos que – praticados pelas partes em conformidade com o modelo fixado pela lei – permite dizer que um contrato se formou legalmente e que, por isso, as obrigações assumidas pelas partes, os resultados por elas prosseguidos, se tornaram juridicamente vinculantes”; b) *contrato como regulamento*, indicando seu conteúdo imperativo, “ao qual as partes se vincularam, aquilo que, com base no contrato, devem dar ou fazer e aquilo que, com base no contrato, podem esperar ou pretender da outra parte [...]”.

⁹ LIMA, Hermes. *Introdução à ciência do direito*. 7. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1954. p. 9: “A matéria social está nas relações que se nucleiam em torno do modo pelo qual se produzem os bens”; ROPPO, Enzo. *Ob. cit.*, p. 26: “A organização económica (vale dizer o modo de produção e troca de bens), por seu lado, liga-se, estruturalmente, em larga medida (determinando-a e até, em certo sentido, identificando-se-lhe) com a organização social”.

¹⁰ BIERWAGEN, Mônica Yoshizato. *Ob. cit.*, p. 41.

¹¹ ROPPO, Enzo. *Ob. cit.*, p. 125-126.

A segunda delas, contrato como regulamento, particularmente interessa aos objetivos do tópico em comento, porquanto destinada a indicar “o seu resultado ou produto, que consiste justamente no conjunto dos direitos e das obrigações que, com o contrato, as partes reciprocamente assumiram e que consubstanciam a operação económica pretendida, que resultam do conjunto das cláusulas nas quais se articula o texto do contrato”¹².

E, de acordo com este mesmo autor, “determinar o regulamento (ou conteúdo) contratual significa, substancialmente, definir que composição, que arranjo recíproco receberão os interesses das partes, coenvolvidos na operação económica e a que o contrato é chamado a dar veste e vinculatidade jurídica”¹³.

Assim, como dito anteriormente, materializa a autonomia privada, definida peremptoriamente por Francisco Amaral¹⁴ “como poder de criar, nos limites da lei, normas jurídicas, vale dizer, o poder de alguém de dar a si próprio um ordenamento jurídico e, objetivamente, o carácter próprio desse ordenamento, constituído pelo agente, diversa mas complementarmente ao ordenamento estatal”, e exterioriza a liberdade contratual, no dizer de Mônica Yoshizato Bierwagen¹⁵ “de pactuar, discutir, alterar as condições do contrato, resolvê-lo, prorrogá-lo, enfim, fixar-lhe o conteúdo”.

Cumprе ressaltar, todavia, que “o contratante não cria Direito, mas recria-o, concretiza-o. Isso implica que deve aceitar seus pressupostos, e não agir isoladamente.”¹⁶. Tal advertência se faz oportuna porque, na realidade, o Direito é anterior à produção contratual, mesmo em se tratando dos contratos atípicos, uma

¹² ROPPO, Enzo. *Ob. cit.*, p. 126.

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ AMARAL, Francisco. *Ob. cit.*, p. 347.

¹⁵ BIERWAGEN, Mônica Yoshizato. *Ob. cit.*, p. 48.

¹⁶ LORENZETTI, Ricardo Luis. *Ob. cit.*, p. 546.

vez que em relação a estes se verifica somente a ausência de tipologia legal, o que não afasta a aplicação das demais regras jurídicas estabelecidas pelo direito dos contratos. Em outras palavras, para Ricardo Luis Lorenzetti¹⁷, “a criação individual é um momento constitutivo, enquanto incorporação ou reinterpretação de um *corpus* normativo preexistente”¹⁸.

Do exposto se pode subsumir que a função regulatória comporta duas vertentes, afinal reveladas sob o espectro unitário acima enunciado: a) da auto-regulamentação do conteúdo contratual pelas partes; b) da limitação estatal da atuação dos contratantes na estipulação do contrato através da fixação de normas legais e da intervenção judicial visando a revisão dos efeitos do contrato.

Naquela hipótese, haja vista que mesmo atribuindo às partes a prerrogativa de estabelecer o que lhes parece mais conveniente, a propósito de seus interesses, ao contratar¹⁹, estes acabam por estar ajustados dentro do esquema de formalização jurídica que o contrato representa. Para Enzo Roppo²⁰, desta forma o contrato denota-se “conquista da idéia de que as operações econômicas podem e devem ser reguladas pelo direito, e como construção da categoria científica idónea para tal fim”.

Nesta conjectura, por abrigar tanto o direito dos contratos quanto a intervenção estatal no domínio contratual. O direito dos contratos compreendido enquanto o “conjunto – historicamente mutável – das regras e dos princípios, de vez em quando escolhidos para conformar, duma certa maneira, aquele instituto jurídico, e,

¹⁷ *Ibidem*.

¹⁸ *Ibidem*, p. 537: A autonomia privada não é auto-suficiente, “há que integrar, tipificar e recorrer a inúmeras disposições complementares que não surgem da vontade das partes”.

¹⁹ BIANCA, Cesare Massimo. *Diritto civile*. Milano: Giuffrè, 1987. v. 3. p. 312: “Il contenuto concreto in definitiva l’atto di autonomia privata: esso è l’autoregolamento delle parti (*lex contractus*)”.

²⁰ ROPPO, Enzo. *Ob. cit.*, p. 11.

portanto, para dar um certo arranjo – funcionalizado a determinados fins e a determinados interesses – ao complexo das operações económicas efectivamente levadas a cabo”²¹. O dirigismo contratual – como é mais conhecido o “movimento de intervenção estatal na economia do contrato”²² – é provocado tanto por meio da utilização de normas de ordem pública (cogentes) quanto pela intervenção judicial nos contratos e “fundamenta-se na prevalência dos interesses gerais sobre os particulares”²³, a fim de “atenuar as desigualdades fáticas existentes entre os contratantes”²⁴. O “dirigismo contratual é modalidade de realização da função social do contrato”²⁵, com vistas a proteger o economicamente mais fraco e restabelecer o equilíbrio contratual, porquanto a ordem econômica tem por fim último assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social (Constituição Federal, art. 170, *caput*).

Aparados nas lições de Francisco Amaral²⁶ podemos asseverar que “o que se pretende, enfim, é a realização da justiça social, sem prejuízo da liberdade da pessoa humana. É precisamente com esse entendimento que a autonomia privada pode e deve direccionar-se”.

²¹ ROPPO, Enzo. *Ob. cit.* A que acrescenta nas p. 22 e 23, respectivamente: “Deve ficar claro, de facto, que a disciplina legal dos contratos – longe de limitar-se a codificar regras impostas pela «natureza» ou ditadas pela «razão» (como afirmam os seguidores do direito natural) – constitui, antes, uma intervenção positiva e deliberada do legislador (das forças políticas que exprimem o poder legislativo), destinada a satisfazer determinados interesses e a sacrificar outros, em conflito com estes, tentando dar às operações económicas concretamente realizadas um arranjo e um processamento, conforme aos interesses que, de quando em quando, se querem tutelar”; “Resulta claro, desta forma, que o direito dos contratos não se limita a revestir passivamente a operação económica de um véu legal *de per se* não significativo, a representar a sua mera tradução jurídico-formal, mas, amiúde, tende a incidir sobre as operações económicas (ou até sobre a sua dinâmica complexiva), de modo a determiná-las e orientá-las segundo objectivos que bem se podem apelar de políticos *lato sensu*”.

²² FIUZA, César; ROBERTO, Giordano Bruno Soares. *Contratos de adesão*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002. p. 43.

²³ *Ibidem*.

²⁴ *Ibidem*.

²⁵ THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Ob. cit.*, p. 105.

²⁶ AMARAL, Francisco. *Ob. cit.*, p. 369.

4 A função social do contrato

A doutrina da função social, dada a dimensão que logrou alcançar, ao compatibilizar os postulados jurídicos e a realidade fática nas relações econômicas e sociais, transcendeu para além do direito de propriedade, alcançando outros institutos do direito privado.

Assim chegando aos contratos, imprimiu uma nova ordem destinada a condicionar a autonomia privada e a liberdade contratual.²⁷ Estas, em virtude dos reclamos que afluem da sociedade, devendo ser limitadas por normas de ordem pública (cogentes), em substituição às disposições de carácter francamente individualistas estruturadas sob a égide do liberalismo.

Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka²⁸ bem sintetiza a noção aqui apresentada: “Não é difícil, por fim, inferir-se a concepção de que também o *contrato*, assim como a propriedade, *possui uma função social*, que lhe é inerente e que não pode, absolutamente, deixar de ser observada”.

Não há como conceber o contrato em nossos dias impregnado pelas noções individualistas que exprimem inexoravelmente a ideologia capitalista. A inserção de novos parâmetros na seara contratual é necessidade que se impõe na consecução da equidade entre os contratantes.

²⁷ ROPPO, Enzo. *Ob. cit.*, p. 37: “[...] o princípio da liberdade contratual, ou melhor a ideologia que exalta a liberdade contratual como pilar de uma forma de organização das relações sociais mais progressiva, contém indiscutíveis elementos de verdade. Mas, como é próprio de qualquer ideologia, adiciona-lhes elementos de dissimulação e deturpação da realidade: mais precisamente, cala e oculta a realidade que se esconde por detrás da «máscara» da igualdade jurídica dos contraentes, cala e oculta as funções reais que o regime do *laissez-faire* contratual está destinado a desempenhar no âmbito de um sistema governado pelo modo de produção capitalista, os interesses reais que por seu intermédio se prosseguem”.

²⁸ HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. *Direito civil: estudos*. Belo Horizonte: Del Rey, 2000. p. 110.

Rogério Ferraz Donnini²⁹, com muita precisão, observa a invariável que deve ser aposta nas relações contratuais: “Independentemente da análise da evolução do contrato, pode-se afirmar que o modelo liberal, que continua a existir na relação entre particulares, não mais atende às aspirações da sociedade atual, visto que não se pode mais admitir que uma relação contratual iníqua, celebrada com ausência de boa-fé e com prestações desproporcionais suportadas por uma das partes, seja considerada válida, sob o argumento de que existe a autonomia privada e as partes são livres para contratar. Aliás, há muito tempo que esse modelo liberal de contrato causa perplexidade àqueles que buscam a justiça, pois situações absolutamente desiguais e desproporcionais, que causam prejuízos a um dos contratantes, eram consideradas legais, embora evidentemente imorais”³⁰.

Com as modificações estruturais por que passou a sociedade contemporânea, corolário dos novos princípios reguladores das economias de mercado e da influência decisiva da globalização, bem como dos resultados que o avanço tecnológico ocasionou nos meios de produção e circulação de riquezas, propugna-se pelo redimensionamento de determinados conceitos até então vigentes na teoria contratual, condicionando o instrumento de sua realização aos reclamos sociais envolvidos no processo descrito.

Cláudia Lima Marques³¹ atenta a estas transformações, que tornaram insuficientes as regras contidas no direito contratual clássico e

²⁹ DONNINI, Rogério Ferraz.

A revisão dos contratos no código civil e no código de defesa do consumidor. São Paulo: Saraiva, 1999. p. 6.

³⁰ *Ibidem*, p. 6-7, acrescenta, citando Paulo Luiz Netto Lôbo: “De fato, esse modelo liberal de contrato ‘é inadequado aos atos negociais existentes na atualidade, porque são distintos os fundamentos, constituindo obstáculo às mudanças sociais. O conteúdo conceptual e material e a função do contrato mudaram, inclusive para adequá-lo às exigências de realização da justiça social, que não é só dele mas de todo o direito”.

³¹ MARQUES, Cláudia Lima. *Contratos no código de defesa do consumidor: o novo regime das relações contratuais*. 3. ed. rev. atual e ampl. 2. tir. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998. v. 1, p. 84.

deram uma feição diferenciada ao contrato, manifesta que isso acabou “desmentindo a idéia de que assegurando-se liberdade contratual, estaríamos assegurando a justiça contratual”.

Destarte, aderimos ao entendimento de Roberto Senise Lisboa³², para quem “o negócio jurídico é fato jurídico e, portanto, fenômeno social que deve ter função socialmente dirigida à circulação de riquezas (função social do contrato)”.

O Código do Consumidor (Lei n. 8.078/90), inspirado dentro dos novos parâmetros ora plantados para efeito de debate, não se descurou de tal perspectiva, ao estabelecer no art. 1º que suas normas visam a proteger a ordem pública e o interesse social.

Nelson Nery Júnior³³ tece o seguinte comentário em torno dos ditames delineados no mencionado dispositivo legal: “[...] as regras ortodoxas do Direito Privado não mais atendem à ordem pública de proteção do consumidor [...] daí a necessidade de criar-se um microsistema informado por modernas técnicas de implementação de regras de ordem pública modificadoras da então ordem jurídica privada vigente no Brasil, em atendimento aos preceitos universais que reclamam seja feita defesa mais efetiva dos direitos dos consumidores”.

Como assinala Roberto Senise Lisboa³⁴, “uma nova fase despontou no horizonte contratual, quando o interesse do hipossuficiente aderente passou a ser tutelado via dirigismo econômico, embasando-se tal proteção em princípio de ordem pública intrinsecamente ligado a interesses de toda a comunidade”.

³² LISBOA, Roberto Senise. *Contratos difusos e coletivos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997. p. 109.

³³ GRINOVER, Ada Pellegrini *et al.* *Código brasileiro de defesa do consumidor*: comentado pelos autores do anteprojeto. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999. p. 433-434.

³⁴ LISBOA, Roberto Senise. *Ob. cit.*, p. 104.

O entendimento acima transcrito resultou na redação do art. 421, do novo Código Civil brasileiro: “A liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato”. A prescrição normativa em tela, não obstante o valor de sua inserção no novel diploma civilista, denota dois equívocos da parte do legislador: 1) Porque, ao invés de liberdade de contratar, está-se referindo notoriamente a *liberdade contratual*³⁵; 2) Haja vista que a expressão *em razão* não se justifica, pois a liberdade contratual encontra seus limites na função social do contrato, não sendo exercida exclusivamente em seu proveito – senão que ao da própria vontade das partes intervenientes no contrato³⁶.

Percebe-se com muita clareza a fundamental relevância que o legislador atribuiu à questão, tanto que elevou a função social ao grau de cláusula geral dos contratos. Em sentido funcional, a cláusula geral exprime “l’esigenza dell’ordinamento giuridico di rinviare a valutazioni e norme sociali”³⁷. Em juízo metodológico, significa “uma formulação da hipótese legal que, em termos de grande generalidade, abrange e submete a tratamento jurídico todo um domínio de casos”³⁸. Nos termos deste estudo, estes planos precisamente apontam “que as cláusulas gerais constituem o meio legislativamente hábil para permitir o ingresso, no ordenamento jurídico, de princípios valorativos, expressos ou ainda inexpressos legislativamente, de *standards*, máximas de conduta, arquétipos exemplares de comportamento, das normativas constitucionais e de diretivas econômicas, sociais e políticas, viabilizando a sua sistematização no ordenamento positivo”³⁹.

³⁵ BIERWAGEN, Mônica Yoshizato. *Ob. cit.*, p. 48: “[...] se a liberdade de contratar não possui restrições, na medida em que se refere apenas à realização de contratos, evidentemente o dispositivo em questão (art. 421) só pode estar se referindo à liberdade contratual, esta sim limitada por normas de ordem pública, entre elas a própria função social do contrato”.

³⁶ *Ibidem*: “Afim, a função social não condiciona a existência da liberdade contratual, mas é a liberdade contratual que se subordina aos limites da função social”.

³⁷ PERLINGIERI, Pietro; FEMIA, Pasquale. *Nozioni introduttive e principi fondamentali del diritto civile*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 2000. p. 32.

³⁸ ENGISCH, Karl. *Introdução ao pensamento jurídico*. Tradução J. Baptista Machado. 8. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001. p. 229.

Como primordial instrumento da circulação de riqueza é inegável que o contrato tenha, então, uma função social a desempenhar, deste fator dependente a igualdade material, que só pode ser alcançada caso o interesse coletivo se sobreponha ao individual. Destarte, esta nova concepção do contrato é decorrência imposta pelo atual contexto econômico-social em que vivemos.

Faz-se necessário, ainda, que o princípio em análise seja recepcionado em toda a órbita em que encontre receptividade o contrato, relacionado como esteja com qualquer das estruturas jurídicas, para que aí se estabeleça a justiça contratual, sendo que “a função social do contrato só há de ter-se por cumprida quando a sua finalidade – distribuição de riquezas – for atingida de forma justa, vale dizer, quando o contrato representar uma fonte de equilíbrio social”⁴⁰.

Para Alessandra de Abreu Minadakis Barbosa⁴¹, “com sua elevação ao patamar de legislação, a doutrina da função social do contrato [...] firma sua presença no cenário jurídico brasileiro” e “constitui passo decisivo na busca da funcionalização dos institutos jurídicos”⁴².

Concluimos ressaltando a doutrina de Paulo Mota Pinto⁴³, pela qual com “a anunciada *‘materialização do direito privado’* [...] está, pois, em causa o estabelecimento de um *equilíbrio entre liberdade e justiça contratuais*”.

³⁹ MARTINS-COSTA, Judith. *A boa-fé no direito privado: sistema e tópica no processo obrigacional*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. p. 274.

⁴⁰ BIERWAGEN, Mônica Yoshizato. *Ob. cit.*, p. 42.

⁴¹ BARBOSA, Alessandra de Abreu Minadakis. A sistematização do direito privado contemporâneo, o novo código civil brasileiro e os contratos agrários. In: BARROSO, Lucas Abreu; PASSOS, Cristiane Lisita (Coords.). *Direito agrário contemporâneo*. Belo Horizonte: Del Rey, 2004. p. 177.

⁴² SANTOS, Eduardo Sens dos. *Ob. cit.*, p. 108-109: “O que se quer dizer é que [...] o direito de contratar deve [...] atender a uma função na sociedade”.

⁴³ PINTO, Paulo Mota. *Declaração tácita e comportamento concludente no negócio jurídico*. Coimbra: Almedina, 1995. p. 61.

5 Referências bibliográficas

- AMARAL, Francisco. *Direito civil: introdução*. 5. ed. rev. atual. e aum. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
- BARBOSA, Alessandra de Abreu Minadakis. *A sistematização do direito privado contemporâneo, o novo código civil brasileiro e os contratos agrários*. In: BARROSO, Lucas Abreu; PASSOS, Cristiane Lisita (Coords.). *Direito agrário contemporâneo*. Belo Horizonte: Del Rey, 2004. p. 149-183.
- BIANCA, Cesare Massimo. *Diritto civile*. Milano: Giuffrè, 1987. v. 3.
- BIERWAGEN, Mônica Yoshizato. *Princípios e regras de interpretação dos contratos no novo código civil*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- DONNINI, Rogério Ferraz. *A revisão dos contratos no código civil e no código de defesa do consumidor*. São Paulo: Saraiva, 1999.
- ENGISCH, Karl. *Introdução ao pensamento jurídico*. Tradução J. Baptista Machado. 8. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001.
- FIUZA, César; ROBERTO, Giordano Bruno Soares. *Contratos de adesão*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002.
- GRINOVER, Ada Pellegrini et al. *Código brasileiro de defesa do consumidor: comentado pelos autores do anteprojeto*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.
- HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. *Direito civil: estudos*. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.
- LIMA, Hermes. *Introdução à ciência do direito*. 7. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1954.
- LISBOA, Roberto Senise. *Contratos difusos e coletivos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

LORENZETTI, Ricardo Luis. *Fundamentos do direito privado. Tradução Vera Maria Jacob de Fradera*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

MARQUES, Cláudia Lima. *Contratos no código de defesa do consumidor: o novo regime das relações contratuais. 3. ed. rev. atual. e ampl. 2. tir.* São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998. v. 1.

MARTINS-COSTA, Judith. *A boa-fé no direito privado: sistema e tópica no processo obrigacional*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

PERLINGIERI, Pietro; FEMIA, Pasquale. *Nozioni introduttive e principi fondamentali del diritto civile*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 2000.

PINTO, Paulo Mota. *Declaração tácita e comportamento concludente no negócio jurídico*. Coimbra: Almedina, 1995.

ROPPO, Enzo. *O contrato. Tradução Ana Coimbra e M. Januário C. Gomes*. Coimbra: Almedina, 1988.

SANTOS, Eduardo Sens dos. *A função social do contrato: elementos para uma conceituação*. *Revista de Direito Privado*, São Paulo, n. 13, p. 99-111, jan./mar. 2003.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *O contrato e sua função social*. Rio de Janeiro: Forense, 2003.